Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
Revista IDeAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

Artigo original • Revisão por pares • Acesso aberto

Entrevista com Antonio Delfim Netto

“O Brasil exporta água”: a modernização da agricultura brasileira segundo Delfim Netto

Entrevista concedida à Elisandra Galvão quando realizava seu doutorado no CPDA[1].

Interview with Antonio Delfim Netto

“Brazil Exports Water”: The Modernization of Brazilian Agriculture from Delfim Netto’s perspective

Interview conducted by Elisandra Galvão during her doctoral studies at the CPDA.

Elisandra Galvão

Resumo
A conversa com o economista Antonio Delfim Netto foi justa no tempo. Havia muitos compromissos em sua agenda naquela manhã de janeiro de 2017. Ele foi ministro da Fazenda, da Agricultura e do Planejamento entre as décadas de 1960 e 1980, período da ditadura empresarial-militar. O objetivo foi conhecer, a partir de sua perspectiva, quais os principais marcos para a modernização da agricultura brasileira naquele período e como era sua relação com os porta-vozes do agronegócio e suas entidades representativas. Defilm Netto falou também sobre o papel do Estado, das políticas públicas, do investimento na soja e em outras culturas, da expansão das fronteiras agrícolas, principalmente no Centro-Oeste e na Amazônia, das migrações de pessoas do Sul para essas regiões, da pesquisa agropecuária na Embrapa e dos investimentos em infraestrutura. Para ele, essas iniciativas fizeram com que a agricultura se tornasse uma atividade competitiva em escala internacional[2].

Abstract
This interview with economist Antonio Delfim Netto was conducted in January 2017. He served as Brazil’s Minister of Finance, Minister of Agriculture, and Minister of Planning between the 1960s and the 1980s, during the period of the country's business–military dictatorship. The aim was to examine, from his perspective, the main milestones in the modernization of Brazilian agriculture during that period and the nature of his relationship with agribusiness spokespersons and their representative organizations. Delfim Netto also discussed the role of the state, public policy, investment in soybean production and other agricultural commodities, and the expansion of the agricultural frontier, particularly in the Center-West and the Amazon regions, the migration of populations from southern Brazil to these areas, agricultural research conducted by Embrapa, and investments in infrastructure. According to him, these initiatives contributed to transforming Brazilian agriculture into an internationally competitive sector.

Citação sugerida

Submissão:
29 jun. 2026

Aceite:
10 jul. 2026

Publicação:
13 out. 2026

[1] O material integra seus cadernos de campo na fase em que entrevistou ex-ministros dos governos militares e com membros da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil. A entrevista aconteceu em 24/1/2017, no escritório de Delfim Netto, no bairro do Pacaembu, em São Paulo.

[2] As opiniões expressas nesta entrevista são de exclusiva responsabilidade do entrevistado e não refletem as posições da entrevistadora ou Revista IDeAS.

GALVÃO, Elisandra. “O Brasil exporta água”: a modernização da agricultura brasileira segundo Delfim Netto. Revista IDeAS, Rio de Janeiro, v. 20, p. 1-13, e026001, jan./dez. 2026.

Licença: Creative Commons - Atribuição/Attribution 4.0 International (CC BY 4.0).

DOI: https://doi.org/10.36920/jaqhr672

Elisandra Galvão – Qual é a sua visão sobre a agricultura brasileira?

Antonio Delfim Netto – Nós construímos a Embrapa. Fez-se uma massa crítica muito grande, com mais de duas mil pessoas, um grande entusiasmo. E, realmente, desenvolveu-se um corpo de pesquisadores, biólogos, que produziram isso que está aí. Essa revolução transformou o maior passivo brasileiro, que era o Cerrado, no seu grande ativo. O que é preciso entender é isso. O objetivo era expandir a agricultura, enriquecer a agricultura sem destruir o café. Mas retirando o peso do café na formação de divisas. Quando nós terminamos o programa, em 1974, o café já era só 10%. Então, esta é a concepção do jogo inteiro.

Elisandra Galvão – Gostaria também que falasse, a partir desse seu estudo, sobre o problema do café no Brasil e sobre a agricultura brasileira entre 1950 e 1970.

Delfim Netto – A agricultura brasileira sempre respondeu à produtividade. O setor cresceu 3% ao ano em produtividade nos últimos 50 anos. O que aconteceu foi uma verdadeira revolução, não apenas no Brasil, mas também no mundo. O que o Brasil exporta? Ah, o Brasil exporta a soja. Não, o Brasil exporta água. O chinês tem terra e tem gente para cultivar soja, o que não tem é água. Para exportar um quilo de carne, é preciso consumir 15 mil litros de água.

Então, esse processo de modernização... o Brasil hoje é o maior exportador de produtos agrícolas do mundo; está entre os quatro ou cinco maiores exportadores globais. Isso também coloca um problema grave pelo seguinte motivo: a taxa de câmbio, que seria a de equilíbrio para o setor agrícola, é muito menor do que a taxa de câmbio de equilíbrio para o setor industrial, porque a agricultura tem uma produtividade muito superior. Dessa forma, a política econômica exige um pouco mais de intervenção. Tanto que, durante todo esse período, tivemos *crawling peg*. Havia uma taxa de câmbio fixada, que era corrigida pela inflação brasileira e pela americana para promover o desenvolvimento.

No fundo, quem financiou o desenvolvimento foi a agricultura, com seus excedentes comerciais, porque o Brasil tinha enormes dificuldades nesse

período. O país importava 80% do petróleo que consumia. Mas o petróleo custava mais barato.

Elisandra Galvão – Isso a partir de que ano?

Delfim Netto – Entre 1965 e 1970. Uma coisa interessante, um barril de petróleo valia menos que uma Perrier. Então, quando houve a explosão dos preços do petróleo, surgiu um problema de desequilíbrio muito sério. Mas aí, ele foi desaparecendo, e o Brasil foi assumindo um protagonismo cada vez mais importante na exportação de produtos agrícolas. Neste ano, vamos ter uma safra maior, provavelmente uma safra magnífica.

Você desenvolveu a soja, por exemplo. A soja foi coisa de três, quatro anos. O presidente do Banco do Brasil, que era um gaúcho competentíssimo, Nestor Jost, me disse: "Delfim, tem lá o soja, que é um negócio de louco [imita o sotaque e reproduz uma possível troca do pronome "a" por "o"]." E, em cinco anos, estávamos produzindo 6 milhões de toneladas. Você construiu os portos, as estradas e os armazéns. Fazia-se campanha: "Plante que o governo garante". E viajava-se pelo Brasil inteiro.

Elisandra Galvão – Nos anos 1970.

Delfim Netto – Sim, nos anos 1970. Aquele *slogan* entusiasmava o sujeito para tomar risco. Ficou faltando ainda, na agricultura brasileira, uma coisa importante: o seguro de safra. Como você tem uma flutuação muito grande, num ano que a safra vai mal, o produtor rural realmente se endivida e a coisa começa a desintegrar. Mas, hoje, a agricultura brasileira está no estado da arte. Produzimos no Brasil equipamentos com eletrônica embarcada melhores do que nos Estados Unidos ou iguais. Não há diferença nenhuma.

Elisandra Galvão – Quando houve forte investimento na soja, o senhor estava em qual ministério? E quais são as tensões que marcaram a política de modernização da agricultura e a ocupação do Centro-Oeste?

Delfim Netto – Estava no Ministério da Fazenda. Eu nunca deixei a agricultura. Como disse, entrei na Fazenda (1967-1974) com o Plano Agrícola, depois fui ser ministro da Agricultura (1979) e, na sequência, do Planejamento (1979-1985), no governo Figueiredo.

Já a modernização e a ocupação, tudo isso, foi acompanhado por um programa de estradas de rodagem. A gauchada vendia a terra lá embaixo e vinha comprar no Mato Grosso. Foi uma avalanche, foi uma ocupação! É uma epopeia. Olhando de perto, é uma verdadeira epopeia. Não é uma brincadeirinha.

No programa de estradas, há outra questão: a expansão para a Amazônia. A Amazônia está ligada, no fundo; hoje você liga isso à Transamazônica. Eu me divirto muito quando vejo as pessoas dizerem que a Transamazônica foi um projeto miraculoso, que não ligava nada a coisa nenhuma. Nada. A Transamazônica foi um ato de desespero. Nós estávamos com a maior seca daquele período, em 1972. Tinha frente de trabalho no Nordeste com 4 milhões de sujeitos, comendo um pedaço de macaxeira. Quando o Médici chegou lá, viu aquele negócio que parecia um Egito. E disse: "Vamos abrir uma porta para essa gente fugir." Não foi, não. Não tinha projeto nenhum. E você, inclusive, tinha ideias muito falsas sobre o terreno. Alguns geógrafos já tinham chamado a atenção para o fato de que o terreno era superficial, de que, se você desmatava, o negócio piorava. Mas, naqueles tempos, construiu-se a Transamazônica e foi-se instalando e acomodando aquela gente.

Nunca teve realmente um projeto. Quer dizer, nunca foi feito um estudo de viabilidade, de taxa de retorno. Não. Era um projeto de salvação nacional que fracassou. Por quê? Como tudo que é feito dessa forma... Mas é interessante como foi financiado. Foi financiado cortando direitos, os descontos de Imposto de Renda da classe mais rica.

Depois veio a pecuária. Hoje é tudo integrado, floresta e pecuária.

Elisandra Galvão – Aproveitando que mencionou a pecuária. Na revista da Confederação Nacional de Agricultura (CNA), a Gleba, há muitos artigos sobre o incentivo à pecuária e algumas demandas dos fazendeiros e empresários rurais. Essas questões eram levadas ao Ministério da Fazenda?

Delfim Netto – Vou contar uma coisa. Nós fizemos o maior banqueiro brasileiro, o Amador Aguiar, fazer um banco de sêmen. Foi um instante de grande cooperação, de entusiasmo. Ou seja, a economia crescia 10%, 14%, a inflação caía e havia equilíbrio em conta-corrente. Foi um momento de grande expansão.

E, agora, é um projeto integrado. É a geração de energia, é a construção do porto, é a estrada de rodagem, com ênfase em rodovias, porque essa era a tese do Banco Mundial. Então, na verdade, você praticamente retirou toda a

prioridade do setor ferroviário. Construiu-se, acho, 40 mil quilômetros de estrada. Tem coisa para ver.

Elisandra Galvão – Quando passou a integrar órgãos consultivos da área econômica do governo Castelo Branco, como o Conselho de Planejamento Consultivo, o senhor estabeleceu diálogos com os empresários rurais e os porta-vozes de suas associações e cooperativas? Eles influenciaram a formulação das políticas para o campo?

Delfim Netto – Eu sempre estive muito ligado a eles; com a Faesp (Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo), Farsul (Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul), com todos eles. Na verdade, eu vim do café. Tinha uma relação de amor e ódio; de vez em quando, flutuava. Mas, principalmente com a gauchada, que era muito agressiva, mas empreendedora. São terríveis.

Na verdade, havia agriculturas muito diferentes porque nós ainda não tivemos coragem de concluir os institutos. De forma que havia o [instituto] do cacau, o do trigo, o do café, o do açúcar e do álcool. Mas eram, digamos, clientelas diferentes. A cana já é quase uma cultura permanente. O café, nem se fala. As outras não. Elas são culturas em que você precisa de um exercício de dinamismo muito grande, de estar sempre com sementes novas, com novas variedades, estudando oportunidades.

Nesse ponto, acho que conseguimos construir uma instituição de pesquisa que está no estado da arte no mundo. Em matéria de agricultura tropical, não há, na minha opinião, nenhuma outra organização no mundo que possa se comparar com a Embrapa. Pena que eles são todos velhos, como eu – os agrônomos, os biólogos –, porque eram todos moços. Foi tudo mandado para fora para formar realmente uma massa crítica que pudesse, depois, fazer a pesquisa aqui. Aquela a que se referiu Eugênio Gudin: "Nós vamos ter que construir a nossa agricultura." É isso aí.

Elisandra Galvão – Quando o senhor fala do Instituto do Açúcar e do Álcool, os produtores de açúcar, os usineiros, costumavam ser representados pelo sindicato deles?

Delfim Netto – Ah, não. Não. Pernambuco sempre teve gente de alta categoria. O que acontece é o diferencial da produtividade. No Nordeste, ainda havia o que o holandês tinha deixado. Mas era muito difícil manter esse processo. E, de fato, acho que, sem os subsídios, eles jamais subsistiriam. Como, aliás, não

subsistiram. Então, aqui era uma questão concreta, de vida ou morte. Quer dizer, porque existe um aspecto social. O usineiro, lá, mora bem e o diabo [sic][3]. Mas e o sujeito que está lá com ele? Quando eu corto subsídios, não estou cortando só o usineiro. O usineiro, provavelmente, já tem depósito no banco. Estou cortando o cortador de cana. Então, nesses negócios, você levava essas coisas em conta.

Elisandra Galvão – Quais eram as principais demandas que esses grupos apresentavam ao senhor quando ocupava os ministérios? Elas chegavam por meio de seus próprios representantes e porta-vozes?

Delfim Netto – Ah, sim. Você tinha três áreas bem distintas. Havia, digamos, a Bahia, Pernambuco, Alagoas – o Nordeste de gente aguerrida. Havia o Rio de Janeiro, com o Antônio Evaldo Inojosa e aquele outro grupo. E havia o pessoal de São Paulo, que já estava no setor há muito tempo e, depois, no Proálcool.

Havia também a Copersucar, que chegou a ser uma instituição de nível internacional em matéria de pesquisa de variedades de cana. Esse é um aspecto para o qual você pode chamar a atenção.

E ao contrário do que as pessoas pensam, a agricultura brasileira é uma atividade extremamente sofisticada. Não é agricultura de enxada nem de arado puxado por burro. Hoje, se você vai ao campo, vê um sujeito operando um trator numa cabine pressurizada e refrigerada, perfurando o solo, sabendo quanto tem de NPK, quanto tem de pontos para sementes. Quer dizer, ele é um engenheiro eletrotécnico. É por isso que há muita tolice sobre esse negócio de que a agricultura é uma atividade ineficiente.

Elisandra Galvão – No Ministério da Fazenda, como se dava a sua interação com entidades como a Sociedade Rural Brasileira, a CNA, a Sociedade Nacional de Agricultura? Estas entidades também o procuravam para apresentar reivindicações?

Delfim Netto – Deixa eu te dizer uma coisa, não existia diferença no tratamento. Essa gente ia ao meu gabinete e sabia que seria recebida, que alguma providência seria tomada. Eles não iam inutilmente. Tinham consciência de que estavam participando de um esforço monumental. É o que te digo. Aqui, em São Paulo, está a Sociedade Rural Brasileira, que é representante do café. A preocupação de seus representantes era muito grande, porque dava a impressão de que você ia destruir a agricultura cafeeira. Quando, na verdade,

[3] Expressão mantida como falada no áudio original.

não. Você a fortaleceu enormemente, com novas variedades de sementes, novas técnicas de plantio, e fez o resto da agricultura crescer junto.

Elisandra Galvão – Mário Penteado, que foi o primeiro presidente do Instituto Brasileiro do Café, tinha um certo receio com a política de preço mínimo do café. Como era a sua relação com ele?

Delfim Netto – Era um velho companheiro. Mas é o seguinte, no café, quem mandava era eu. O Mário era um grande senhor feudal, imenso e firme, gente boa.

A agricultura sempre teve isso, mesmo na agricultura do Sul, na Farsul, no Rio Grande do Sul, e em Santa Catarina, onde a Emater fez uma revolução. Depois que o café saiu do Paraná, foi para Minas Gerais e hoje já está na Bahia. Houve uma desmistificação do território.

Elisandra Galvão – Desmistificação do território no sentido de poder avançar para novas áreas de plantio?

Delfim Netto – É. Dava a impressão de que depois há coisas que perdemos. O cacau, por exemplo, com as vassouras-de-bruxa e a encrenca que se deu. O Instituto do Cacau, praticamente, perdeu a importância. Mas é um produto de valor agregado muito significativo.

Acho que é preciso fazer um pouco de justiça e dizer que os últimos governos foram bons para a agricultura.

Elisandra Galvão – Se refere aos governos recentes?

Delfim Netto – Dilma, Lula. Com o Plano Real, você deu uma pancada muito forte na agricultura. Quando se fez o Real, se valorizou o câmbio. Mas antes de fazer o Real, para poder aumentar a oferta de alimentos, fez-se uma grande campanha de expansão de área com preços mínimos muito remuneradores. E a agricultura veio. Quando chegou o Real, eles cortaram tudo, os preços agrícolas, e transferiram 4% do PIB da agricultura para o setor urbano. Lá, houve um endividamento da agricultura que só terminou muitos anos depois, tanto que o Fernando Henrique Cardoso disse que eles eram os vagabundos.

O que está faltando hoje é um plano de safra. É um seguro de safra.

Elisandra Galvão – O senhor já pensava isto quando atuava como ministro?

Delfim Netto – Sim. É muito caro. Veja na França. Lá, cada um tem a sua vaquinha, recebe mil francos, quero dizer mil euros, mas é uma coisa caríssima. De qualquer forma, esse é um problema que vamos ter que enfrentar. E estamos enfrentando. Cresce pouquinho, 2%, 3%, 4% ao ano. Mas, em 20 anos, já vai chegar aos 80%.

Elisandra Galvão – As reivindicações dos empresários rurais durante sua atuação nos três ministérios variaram de um período para outro?

Delfim Netto – Não, no fundo foram as circunstâncias que mudaram muito, quer dizer, os anos 1970 foram outra coisa. Quando o Brasil quebrou, não é que o Brasil quebrou, o mundo quebrou com a crise do petróleo em 1973. As coisas ficaram muito mais difíceis. Mas o Brasil foi o primeiro país que ajustou seu balanço em contas-correntes. Em 1984, o déficit em contas-correntes foi zero. O Brasil foi o último país a negociar a dívida. Nos anos 1990, foi negociada pelo Pedro Malan, um competentíssimo ministro, profissional de alta qualidade.

Elisandra Galvão – Então, as reivindicações foram atendidas.

Delfim Netto – Deixa eu dizer, a prova do pudim é quando você come. Quando vejo a safra deste ano, acho que valeu a pena. Este ano (2017), vamos produzir mais de uma tonelada de produtos agrícolas por habitante. Nós temos 206 milhões de habitantes, então chegaremos a uns 214 milhões de toneladas.

Elisandra Galvão – E as reivindicações das federações patronais?

Delfim Netto – Na verdade, havia um programa de promoção da agricultura. Nós mostrávamos que valia a pena investir na agricultura, que tinha suporte do governo e que não ia faltar demanda. Acho que é preciso lembrar o seguinte. Era um circuito permanente. Quer dizer, nas vésperas do plantio, você ia à região e enfrentava o cara que te criticava na hora. Ele dizia: "No ano passado, você me prometeu isso e não fez." Então, você tinha um contato. Aqui, precisaria destacar que o instrumento mais fundamental foi o Banco do Brasil, que financiou esse processo.

Elisandra Galvão – No momento de instituição do Programa Nacional do Álcool (Proálcool), em 1975, havia trocas e sugestões para o setor por parte dos

empresários da cana-de-açúcar? Os diálogos com o senhor se davam no próprio gabinete ou nas sedes das cooperativas?

Delfim Netto – O Proálcool foi uma outra coisa também. É um ato, porque você não tinha combustível. Uma espécie de Proálcool existia no Brasil desde os anos 1920. Ford, em 1929, já andava com o álcool. O que acontecia é que não era uma coisa economicamente viável.

Em 1970, é outro caso, é a necessidade que te leva a acelerar o programa. Aí aconteceu uma coisa. Primeiro, o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) teve um papel importante, porque desenvolveu um motor razoavelmente eficiente e permitiu que as indústrias automobilísticas chegassem onde nós chegamos, que é o Flex-fuel. O Brasil é o único produtor de combustível líquido a partir da cana. Hoje há tecnologias cada vez mais aperfeiçoadas.

O Ministério da Agricultura teve um protagonismo nesse período. O ministro Luís Fernando Cirne Lima, outro gaúcho, foi um grande entusiasta desse projeto. Naquele tempo, tinha que pôr a indústria para andar, fez-se as medidas de crédito, de redução de imposto e de câmbio. Precisava pôr a agricultura para funcionar. E acho que houve uma... se você for olhar com o microscópio, e até com um macroscópio, vai encontrar erros, exageros aqui e ali, escolhas malfeitas. Mas é assim mesmo, se você não arrisca, não petisca.

Elisandra Galvão – E as políticas agrícolas e agrárias?

Delfim Netto – É que tinha um Conselho Monetário. A instituição era diferente. O ministro da Fazenda presidia o Conselho e o da Agricultura participava do Conselho; o ministro de Indústria e Comércio participava do Conselho; o presidente do IBC também. Eles tinham voz. Havia um diálogo muito seguro.

Elisandra Galvão – Havia uma série de teses que colocavam a agricultura como entrave ao desenvolvimento do país, como as teses cepalinas. Como as via?

Delfim Netto – Colocava-se tudo errado pelo seguinte: diziam que a demanda é inelástica e que, portanto, não adiantava mexer no câmbio. Eles não mexiam no câmbio e não aconteceu nada. Quando o Affonso Celso Pastore publicou aquele célebre artigo do trabalho, mostrou que o agricultor respondia, sim, aos estímulos de preço. Ele desmontou tudo. Isso foi quando o Kalecki esteve aqui, muito antes de tudo isso.

Elisandra Galvão – Qual a sua análise sobre o processo de elaboração do Estatuto da Terra no governo de Castello Branco e seus principais desdobramentos?

Delfim Netto – Eu participei. No fundo, era um documento sonhático e mostrava a preocupação que se tinha com o Estado, porque os mitos que se contam sobre a agricultura são uma das coisas mais fantásticas. Quer dizer, o sujeito acha que é o Jeca Tatu mesmo e, principalmente, o professor catedrático que constrói uma teoria, depois diz: "É assim."

O que acho é que a agricultura responde a estímulos, como tudo na economia. Existem problemas mais complexos, mas, realmente, quando você vai ao estímulo certo, ela responde. E lembro sempre o seguinte: quando você tem uma grande pretensão de saber, em geral, você faz besteira. Nós fazíamos um plano agrícola seguro, bem arrumadinho, e chegava no fim da safra, setembro, outubro, nós fazíamos uma reunião. E aí, cinco sujeitos tinham ficado ricos com subsídios, comprado um apartamento em Copacabana. No ano que vem, vamos pegar esses caras. Fazíamos um outro plano. Quando a gente ia avaliar, os mesmos cinco tinham ganho de novo. A decisão é a seguinte: deixa eles ganharem e vão tocar o resto, porque eles são invencíveis. São milhares de sujeitos aproveitando as oportunidades em cada coisinha.

Hoje, quando você vai para Sorriso, no Mato Grosso, vê um sujeito de bota, operando [na Bolsa de] Chicago. Eles não têm a menor ideia do que é o Brasil.

Elisandra Galvão – E o papel dos sindicatos rurais?

Delfim Netto – Deixa eu contar. É preciso organizar. Esse sistema exige organização. A mão invisível, se não for visível, não funciona. O que acontece é que como você tem ideias falsas: campesinato não sei do quê, Santa Maria Tereza não sei quê… vai fazer, que subiu na goiabeira para colher uma maçã… [*sic*][4]. Isso não leva a lugar nenhum. Essa gente está abandonada nas estradas, perdida, destruindo recursos valiosos do governo. As ONGs são simplesmente exploradas por cidadãos espertos.

Agora, todo esse problema da reforma agrária sempre foi muito mal colocado. É claro que a agricultura brasileira tem grandes e pequenas propriedades. Na verdade, acho que um dos avanços posteriores foi fazer a agricultura familiar, que tem outro princípio. É o da cooperativa. Sempre fui um entusiasta da cooperativa porque é a forma mais interessante de fazer. Só que a organização e a administração são extremamente vulneráveis à demagogia e à corrupção.

[4] Transcrição mantida conforme o áudio original.

Elisandra Galvão – Ainda quanto à questão agrária. Como foi seu diálogo com os representantes sindicais em 1979, quando houve o terceiro congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag), em Brasília?

Delfim Netto – Cada vez que eles tinham uma representação razoável, nunca se deixou de ouvi-los. Esse era um princípio elementar. O que acho é o seguinte. Você parte de ideias preconcebidas e não formula o programa, fornecendo para o agente o estímulo que ele precisa. E aí, se você erra no estímulo, ele erra, responde errado.

Elisandra Galvão – E sua relação com a Confederação Nacional de Agricultura (CNA), que hoje tem um papel importante para o agronegócio brasileiro?

Delfim Netto – Lá, sou membro do Conselho. Deixa eu te dizer. É elite. Então, o tipo de comportamento é totalmente diferente. As relações, a postura e o diálogo. Ela é hoje uma instituição secular, aliás, quase secular. Então é gente com tradição. Todos aqueles sujeitos lá, o avô já foi agricultor. Iris Meinberg, o terceiro diretor da CNA, imagina, é companheiro velho. Fui assessor do Iris na Faresp (Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo, antes de se chamar Faesp).

Outro grande companheiro, Flávio Brito. Até hoje tenho uma marca[5] que ele me deu, da Zona Franca de Manaus, uma calculadora. Também tinha relação com Fábio Meirelles, da Faesp. Com todos eles.

Elisandra Galvão – Mas Flávio Brito, senador pelo Amazonas e um dos presidentes da CNA, não tinha a mesma origem na tradição que o senhor assinalou para os demais?

Delfim Netto – Ele era muito simpático, inteligente, sedutor. Estou dizendo que trouxe a calculadora quando foi inaugurada a produção lá. Então, ele era um cheio de alta qualidade. Eram pessoas que tinham realmente uma dedicação para o seu grupo. Ele estava o tempo todo presente, permanentemente lá, quando eu estava nos ministérios.

[5] Referência à calculadora de marca conhecida.

Antonio Delfim Netto

Antonio Delfim Netto nasceu em 1928, em São Paulo, e cresceu em Cambuci, bairro industrial da capital paulista. Sua mãe, Maria Delfim, era costureira, e seu pai, José Delfim, escriturário de uma empresa de bondes. Começou a trabalhar aos 14 anos como *office boy* na Gessy do Brasil, no setor de produtos de higiene pessoal. Deixou a empresa para se dedicar aos estudos e ingressar na universidade. Após ser aprovado em concurso público, passou a trabalhar no Departamento de Estradas e Rodagem. Cursou economia na Faculdade de Ciências Econômicas e Administração (FCEA, atual FEA) da USP, concluindo em 1951, ano em que também iniciou sua trajetória docente na instituição. Durante a ditadura militar, ocupou três ministérios – Fazenda, Agricultura e Planejamento –, e teve papel central na definição dos rumos da economia brasileira entre 1967 e 1974, nos governos dos presidentes Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médici. Parte de seus colegas e alunos na USP integrou sua equipe quando esteve no Ministério da Fazenda. Delfim Netto foi ainda secretário da Fazenda do Governo do Estado de São Paulo (1966-1967), embaixador na França (1975-1978) e deputado federal (1987-2006). Faleceu aos 96 anos, em São Paulo, em 2024.

Antonio Delfim Netto

Antonio Delfim Netto nasceu em 1928, em São Paulo, e cresceu em Cambuci, bairro industrial da capital paulista. Sua mãe, Maria Delfim, era costureira, e seu pai, José Delfim, escriturário de uma empresa de bondes. Começou a trabalhar aos 14 anos como *office boy* na Gessy do Brasil, no setor de produtos de higiene pessoal. Deixou a empresa para se dedicar aos estudos e ingressar na universidade. Após ser aprovado em concurso público, passou a trabalhar no Departamento de Estradas e Rodagem. Cursou economia na Faculdade de Ciências Econômicas e Administração (FCEA, atual FEA) da USP, concluindo em 1951, ano em que também iniciou sua trajetória docente na instituição. Durante a ditadura militar, ocupou três ministérios – Fazenda, Agricultura e Planejamento –, e teve papel central na definição dos rumos da economia brasileira entre 1967 e 1974, nos governos dos presidentes Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médici. Parte de seus colegas e alunos na USP integrou sua equipe quando esteve no Ministério da Fazenda. Delfim Netto foi ainda secretário da Fazenda do Governo do Estado de São Paulo (1966-1967), embaixador na França (1975-1978) e deputado federal (1987-2006). Faleceu aos 96 anos, em São Paulo, em 2024.

Elisandra Galvão

Elisandra Galvão foi bolsista da Faperj durante o doutorado realizado no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, da UFRRJ. Também recebeu bolsa da Faperj, na modalidade sanduíche, para estágio no Laboratoire Interdisciplinaire Solidarités, Sociétés, Territoires (LISST), da Université Toulouse – Jean Jaurès, na França.

E-mail: elis.galvao@gmail.com
Lattes: http://lattes.cnpq.br/0221869154251727
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-9846-6065